

Efeitos do Mercosul no Brasil: uma visão setorial e locacional do comércio

*Constantino Cronemberger Mendes**

Desde 1991, o comércio de bens do Brasil com os demais países do Mercosul¹ vem evoluindo positivamente. Os fluxos totais de comércio (importação e exportação) de bens na região, que, em 1990, eram da ordem de US\$ 3,6 bilhões (FOB), alcançam, em 1994, quase US\$ 10,6 bilhões (FOB). Ou seja, um aumento de US\$ 7 bilhões, que representa um crescimento do comércio, em quatro anos, de quase 200%.

Ainda, o Mercosul vem aumentando, ano a ano, sua participação, como mercado exportador e importador, no comércio total do Brasil. Em 1990, esse bloco detinha 7,3% e 10,8% de participação nas exportações e importações totais do País, respectivamente, enquanto, em 1994, passou a deter 13,6% e 13,8% dos respectivos totais.

Além de mudanças no nível do fluxo comercial, estão acontecendo também transformações consideráveis na estrutura desse comércio. A pauta de comércio nessa região, por exemplo, demonstra, dentre outros aspectos, que o Brasil é o principal exportador de produtos manufaturados da região, enquanto os demais países são exportadores de produtos agrícolas e semimanufaturados, e que alterações significativas vêm se dando na pauta de produtos comercializados entre os países ao longo do período da integração.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tema da dissertação: **Integração Regional na América Latina: da ALALC ao Mercosul**. Bolsista do PNPE/ANPEC no IPEA, em Brasília. Aprovado no concurso do IPEA (Brasília) para Técnico de Planejamento e Pesquisa.

¹ Argentina, Paraguai e Uruguai.

As alterações ocorridas e que estão para ocorrer no nível e na estrutura comerciais consideradas anteriormente podem alterar inclusive a geografia produtiva do País, provocando efeitos diversos nas estruturas regionais de produção no Brasil. Esse aspecto também é considerado neste trabalho.

Sem dúvida, o atual processo de reestruturação econômica que vem se realizando no Brasil é causado, basicamente, pelos novos paradigmas de comércio adotados mundialmente — eficiência e competitividade — e imposto pelo processo de abertura internacional. Esses aspectos, no entanto, serão tratados neste trabalho, no contexto do Mercosul, de forma a suscitar de que maneira atuam na modificação das estruturas internas produtivas e comerciais.

Em perspectiva, sabe-se que o comércio intra-regional (Mercosul) foi impulsionado devido a alguns fatores econômicos ocorridos na região e no Brasil, particularmente nos últimos anos, como o controle da inflação, as políticas cambiais adotadas, etc. No entanto, apesar dos avanços conseguidos pelo Mercosul nesses anos, vários são os fatores limitativos ao comércio intra-regional (no bloco de países): as instabilidades nos balanços de pagamentos de cada país, as políticas nacionais de estabilização econômica, as deficiências de infra-estrutura e de serviços de transporte, a própria etapa de evolução em que se encontram muitas indústrias ou setores produtivos, as desigualdades internas, dentre outros.

A política comercial adotada na América Latina, em geral, é ainda pouco orientada de forma a favorecer o comércio intra-regional (entre os países) em bases amplas. Ao mesmo tempo, as políticas econômicas são adotadas sem levar em consideração aspectos específicos: locais, setoriais, etc., seja ao nível específico interno do país, seja do conjunto dos países da região.

O desafio maior do Mercosul (de seus países) é, atualmente, consolidar-se não mais baseado em um modelo de substituição de importações, mas em meio a uma crescente abertura das economias à competição externa.

Sem dúvida, será um grande desafio o aprofundamento da integração econômica na região do Mercosul, tendo em vista as dificuldades desse processo e incluindo as não menores dificuldades de se conseguir diminuir as desigualdades existentes na região como um todo e internamente em cada país. As possibilidades de avanços, porém, são consideráveis.

Este estudo, portanto, tratará dessas questões anteriores e estará dividido em três seções, excluindo-se a **Introdução** e as **Conclusões**. Na primeira, é discutida a evolução do comércio do Brasil junto ao Mercosul; na segunda é

tratada a pauta comercial do Brasil no Mercosul; e na terceira e última, será feita uma análise dos aspectos setoriais e regionais do comércio.

1 - O comércio Brasil-Mercosul

O dinamismo do Mercosul esteve centrado, como poderá ser visto adiante, durante o período de 1991 a 1995, basicamente, na ampliação dos fluxos comerciais internos. Essa ampliação aconteceu devido ao processo de liberalização ocorrido na região e que teve, no Programa de Liberalização Comercial (PLC) estabelecido pelo bloco a partir de 1991, seu principal instrumento.

Ainda, com a definição da Tarifa Externa Comum (TEC) no final de 1994, o Mercosul passou a atuar como uma União Aduaneira, estabelecendo, assim, uma ação conjunta frente ao comércio com países fora do bloco. A TEC pode ser considerada também como outro instrumento que age diretamente nos níveis do comércio interno, ao estabelecer tarifas diferenciadas para o comércio de produtos com outros países fora do bloco em relação às aplicadas internamente.

No tópico a seguir, será feita uma avaliação dos principais instrumentos utilizados pelo Mercosul, e, em seguida, uma análise do comportamento do comércio brasileiro no Mercosul e uma avaliação das perspectivas do mesmo para os próximos anos.

1.1 - Os instrumentos

O objetivo primeiro de se conseguir a eliminação das discriminações ao comércio na integração é garantir aos agentes produtivos do bloco econômico oportunidades semelhantes ao aproveitamento dos benefícios daquela ampliação de mercado, evitando-se, com isso, o surgimento de vantagens internas que não aquelas derivadas da eficiência econômica. Ao mesmo tempo, o suposto por trás da utilização de tais mecanismos, que refletem a integração econômica e a ampliação dos mercados nacionais, é, basicamente, o aumento da concorrência interna e o maior desenvolvimento da eficiência produtiva.

Diversos mecanismos que visam à liberação do intercâmbio comercial intra-regional já foram utilizados na América Latina, não só através da adoção da redução tarifária, mas também do estabelecimento da eliminação de outras restrições, inclusive não tarifárias, e de margens de preferência entre os países. A Preferência Tarifária Regional (PTR), em vigor desde 1984, o Programa de Recuperação e Expansão do Comércio (PREC) e as Listas de Aberturas de Mercados (LAMs) são exemplos desses mecanismos.

Esses três mecanismos citados situam-se em uma categoria que tem um caráter de atuação regional, enquanto outros, por outro lado, inserem-se em um âmbito de atuação apenas parcial, bilateral ou multilateral, tais como os Acordos Comerciais (ACs) e os Acordos de Complementação Econômica (ACEs). Os Acordos de Alcance Parcial (AAPs) foram durante certo tempo o instrumento mais dinâmico da ALADI para o comércio na América Latina. Todos esses mecanismos ou instrumentos tiveram papéis efetivos na evolução da integração econômica nessa região, nos anos 80.

Durante os primeiros anos da década de 90, diversas medidas foram adotadas para facilitar o intercâmbio de bens e serviços em um âmbito sub-regional, no Mercosul, tais como: a simplificação de trâmites em fronteiras, as desgravações tarifárias programadas, a redução programada de listas de exceções de produtos, dentre outras. Tudo isso fez com que o intercâmbio empresarial nessa sub-região se intensificasse, surgindo associações entre empresas, criação de filiais nos países, *joint-ventures*, etc. Conjuntamente a isso, a execução de políticas econômicas nacionais/internas de cunho liberalizante provocou mudanças que contribuíram para o expressivo crescimento do comércio intra-regional dessa sub-região latino-americana.

Contudo o principal catalisador do intercâmbio comercial entre os países do Mercosul foi o Programa de Liberalização Comercial, adotado a partir de 1991. Esse instrumento proporcionou um desgravamento tarifário integrando todo o universo de produtos comercializados na sub-região, excetuando alguns que passaram a fazer parte de listas de exceções por serem considerados de setores produtivos especiais (Anexo 1). O PLC promoveu reduções tarifárias semestrais de forma linear, automática e progressiva, o que proporcionou chegar-se ao final de 1994 com o estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio (mesmo que ainda incompleta) nessa sub-região.

Os objetivos gerais foram alcançados: excetuando-se aqueles produtos considerados de setores especiais para cada país, a totalidade dos produtos

comercializados no Mercosul teve a alíquota tarifária reduzida em 100%. A tarifa média de importação do Brasil, por exemplo, está hoje na faixa de 0% a 20%, enquanto até 1990 se situava em torno de 0% a 45%.

Nesse sentido, outros instrumentos podem ser descritos também como mecanismos que podem interferir nos níveis do intercâmbio de comércio intra-regional, tais como os (a), (b) e (c) apresentados a seguir.

a) **A Tarifa Externa Comum**, que serve como instrumento de definição da proteção efetiva da região em relação a outros países fora do bloco e que pode ter um papel bastante importante no conjunto da política econômica a ser adotada internamente pelo bloco. Ela pode atuar de duas maneiras, basicamente:

- 1ª) de forma neutra, quando sua adoção, em termos de tarifa "ótima", possibilita equiparar os níveis de proteção nominal e efetiva de todos os produtos comercializados pela região a terceiros, admitindo-se alguns desvios para correção de distorções por conta de ajustes conjunturais; e
- 2ª) de forma ativa, ao pressupor-se que o sistema de preços por si só nem sempre conduz a uma alocação de recursos e a um aproveitamento de fatores que sejam eficientes para o conjunto da economia, nesse caso contribuindo, junto com os demais instrumentos de política econômica, para a correção das distorções de mercado para o alcance dos objetivos almejados em termos da integração.

A escolha dos referidos objetivos de cada país (ARAGÃO, 1993, p.28) deverá traduzir-se em um determinado "perfil produtivo", que favorecerá certos tipos de produção e tecnologia em prejuízo de outros. Assim, a TEC pode ser discutida conjuntamente a outros instrumentos de política econômica de forma a possibilitar a solução de questões como a das disparidades ou desigualdades produtivas entre regiões, por exemplo.

Ao mesmo tempo, ao se estabelecerem níveis apropriados à TEC, estar-se-á avançando na definição de critérios de adaptação produtiva à abertura externa. Contudo a adoção de nível muito alto pode comprometer o objetivo de ampliar a competitividade externa ao mesmo tempo que a adoção de um nível muito baixo pode comprometer a reestruturação produtiva do país, com custos altos em termos de desemprego e de quebra de atividades produtivas.

A TEC, que hoje envolve 85% dos produtos comercializáveis pelo bloco, até o ano 2006, deverá envolver de forma integral todos os produtos comercializados pela região. Por enquanto, também há listas de exceções à aplicação da TEC para produtos considerados de setores especiais, como o de informática, o têxtil, dentre outros (Anexo 1).

b) As **Restrições Não Tarifárias** atuam como categorias globais e setoriais, envolvendo restrições que podem limitar o acesso de determinados produtos num país. Por exemplo: registros, licenças e depósitos prévios, quotas, proibições, gravames específicos, taxas sobre fretes, taxas consulares, monopólio de comercialização, etc. são tipos de restrições não tarifárias que podem constituir mecanismos de política comercial ao se refletirem de forma direta sobre os níveis de comércio intra-regional.

c) Os **Sistemas de Promoção de Exportações** relacionam-se com a existência de sistemas nacionais discriminadores, que favorecem a venda de certos produtos no mercado. Esses tipos de sistemas podem ser incompatíveis com o livre comércio e devem evoluir para uma postura de política que estimule a adoção de uma posição comum para a região como um todo, e não de cada país isoladamente.

Ainda, vários outros elementos podem ser considerados no estudo de instrumentos nacionais de apoio às exportações de modo a favorecer de forma legítima o comércio, tais como: sistemas de crédito e financiamento, políticas fiscais e cambiais, dentre outros. No sentido geral, a política comercial tende a se confundir com a política econômica global, quando compreende ações que afetam o comércio exterior: tarifas, subsídios às exportações, restrições não tarifárias e tipos de câmbio são todos elementos ou instrumentos, intimamente vinculados, que atuam diretamente sobre o preço dos bens comercializados entre países e que, portanto, podem atuar no sentido de facilitar o intercâmbio comercial intra-regional.

Apesar de que a implantação de um Mercado Comum, dentro de um marco de concorrência eqüitativa, vai além dos limites de eliminação tarifária e de determinação de tarifas comuns, como a TEC, incluindo elementos de coordenação e harmonização de instrumentos de política econômica comuns, como a cambial e a monetária (ARAGÃO, 1968, p.30), a vinculação da política industrial de cada país ao processo de integração se produzir-se-á, fundamentalmente, através desses instrumentos. Portanto, é essencial que o estudo do comércio esteja associado ao estudo desses instrumentos.

Para se ter uma idéia dos avanços comerciais conseguidos, será feita, a seguir, uma avaliação do comportamento do comércio brasileiro nos diversos mercados do Mundo, comparando-os com o Mercosul. Em seguida, será realizada a mesma avaliação no Mercosul, comparando a participação de cada um dos países do bloco.

1.2 - Os mercados de exportação e importação do Brasil

O Brasil é um país que se relaciona comercialmente com as várias regiões do Mundo. A seguir, serão apresentados dados das exportações e das importações brasileiras para os anos de 1994 e 1995, que permitirão perceber a evolução da participação do Mercosul nos últimos anos, comparando-a com a de outras regiões.

Tabela 1

Balança comercial Brasil—blocos de países — jan.-ago.1994-95

DISCRIMINAÇÃO	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	Participação %		Δ% (1)	Participação %		Δ% (1)
	1995 (2)	1994 (2)		1995 (2)	1994 (2)	
Total geral	100,00	100,00	6,72	100,00	100,00	82,39
ALADI	22,09	22,21	6,11	20,35	18,31	104,60
Mercosul	13,79	13,52	8,87	13,90	12,93	96,16
Nafta (3)	20,60	21,45	1,39	22,08	22,47	49,50
UE	27,37	27,73	5,36	25,94	25,36	86,53
Ásia	16,78	16,25	10,22	16,71	15,27	99,66

FONTE: Exportação: SECEX/DTIC.

Importação: SRF/CIEF.

(1) Variação percentual calculada a partir de valores US\$ FOB. (2) Jan.-ago. (3) Nafta = Canadá + EUA.

Os dados da Tabela 1 mostram os valores da participação e sua variação relativa dos blocos econômicos no comércio brasileiro. A tendência dos anos anteriores (Tabela 2), no que se refere ao Mercosul, persiste entre 1994 e 95: (1º) nas exportações, com o crescimento relativo tanto da participação quanto dos seus valores absolutos (variação 1994/95). No primeiro caso, houve um crescimento de 13,5% para 13,8%, enquanto, no segundo, a variação positiva foi de 8,87%. Apesar de esses valores estarem muito abaixo daqueles para o período 1991-93, foi ainda o Mercosul o bloco que apresentou a melhor performance, abaixo apenas da Ásia; (2º) nas importações, os dados revelam comportamentos drasticamente diferentes dos do período anterior. Houve um crescimento de participação do Mercosul de 12,9% para 13,9%, porém, com uma variação relativa da ordem de 96,16%, significando o terceiro bloco com melhor performance, depois da ALADI e da Ásia.

Assim, pode-se perceber que o Mercosul, apesar de ter ainda uma participação menor que os demais blocos listados nas tabelas, vem adquirindo uma importância cada vez maior para o Brasil. Ao mesmo tempo revela um mercado bastante dinâmico em termos de intercâmbio comercial.

No entanto, para alcançar uma dinâmica no comércio interno a longo prazo, é preciso tratar das questões estruturais, como: melhorar a eficiência produtiva da economia, adotar estratégias de competitividade e complementaridade setorial, criar condições para maiores investimentos, proporcionar uma infra-estrutura condizente, entre outras. Além das questões anteriores, é importante serem resolvidos aspectos como a baixa renda da população, as desigualdades inter-regionais, os desníveis setoriais, dentre outros. Tudo isso, no sentido de criar condições para um crescimento sustentável na região.

A seguir, será feita uma avaliação do intercâmbio comercial entre o Brasil e os demais países do Mercosul. O objetivo, com isso, será o de perceber os avanços comerciais em termos internos, para, em seguida, fazer-se uma análise da composição da pauta comercial (seção 2).

1.3 - O intercâmbio comercial Brasil-Mercosul

O Mercosul, como visto anteriormente, teve uma performance bastante positiva, se comparado aos demais blocos que mantêm relações comerciais com o Brasil. A seguir, serão apresentados, e posteriormente analisados, os dados para o intercâmbio comercial do Brasil com os demais países desse bloco econômico.

A Tabela 2 mostra os dados do comércio do Brasil com os três países do Mercosul para o período 1990-95. Em primeiro lugar, percebe-se que a balança comercial Brasil-Mercosul apresenta superávit para todo o período considerado, exceto para o ano de 1990 — quando o Mercosul ainda não tinha sido criado — e os primeiros sete meses de 1995. Com relação à balança comercial do Brasil com cada país, temos:

- a) com a Argentina, o Brasil apresentou déficit nos dois primeiros anos e nos meses iniciais de 1995 e superávit no período 1992-94;
- b) com o Paraguai, o País apresentou superávit em todos os anos considerados; e

c) com o Uruguai, o Brasil apresentou déficit nos dois primeiros anos e superávit a partir de 1992.

Entre 1990 e 1994, as exportações do Brasil para o Mercosul cresceram 349%, enquanto as importações brasileiras do bloco aumentaram 98%. Os dados demonstram, ainda, que a Argentina é o país que detém a maior participação no comércio total do Brasil, no Mercosul: em torno de quatro quintos do total.

Tabela 2

Intercâmbio comercial Brasil-Mercosul — 1990/95

DISCRIMINAÇÃO	ARGENTINA (US\$ 1000 FOB)	PARAGUAI (US\$ 1000 FOB)	URUGUAI (US\$ 1000 FOB)	MERCOSUL (US\$ 1000 FOB) (A)	TOTAL BRASIL (US\$ 1000 FOB) (B)	PARTICIPAÇÃO % (A/B)
1990						
Exportação	645 140	380 484	294 621	1 320 245	31 413 756	4,20
Importação	1 399 680	332 778	587 093	2 319 551	20 661 362	11,23
1991						
Exportação	1 476 170	496 114	337 068	2 309 352	31 620 459	7,30
Importação	1 614 680	219 587	434 103	2 268 370	21 041 459	10,78
1992						
Exportação	3 039 984	543 320	514 165	4 097 469	35 792 986	11,45
Importação	1 721 421	187 403	340 771	2 249 595	20 554 091	10,84
1993						
Exportação	3 661 476	960 646	774 846	5 396 968	38 704 107	13,99
Importação	2 632 718	272 636	428 657	3 334 011	25 695 339	13,38
1994						
Exportação	4 135 864	1 053 623	731 988	5 921 475	43 545 162	13,60
Importação	3 660 128	352 411	568 816	4 581 355	33 105 317	13,84
1995						
Exportação	2 007 141	643 342	455 798	3 106 281	21 449 184	14,48
Importação	2 974 390	247 633	389 212	3 611 235	25 717 545	14,04

FONTE: Exportação: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX).

Importação: Secretaria da Receita Federal (SRF).

O acompanhamento do balanço de pagamentos entre os países do bloco tem um caráter bastante importante na análise da integração, pois uma das limitações existentes ao processo de integração na região está associada à existência de instabilidade nessa questão. Nesse caso, um dos elementos fundamentais a ser considerado é a política cambial adotada na região. Outros aspectos, como as políticas tarifárias e fiscal (macroeconômicas, enfim) adotadas, também devem ser considerados. O tratamento de diversas questões, como as anteriormente descritas, seria importante para uma adequada avaliação dos resultados obtidos e para a confecção de cenários futuros.

Porém os avanços comerciais, por si só, não representam os objetivos finais a que se propõe o Mercosul. De maneira geral, os aspectos vinculados à análise do comportamento comercial, tendo como base os fluxos comerciais, compreendem mais elementos conjunturais que estruturais. Para se ter uma compreensão do papel destes últimos elementos, é necessário avançar a análise para o estudo da composição da pauta comercial e dos aspectos setoriais existentes na região, o que será feito no tratamento desses assuntos nas próximas seções.

2 - A pauta de exportação e importação Brasil-Mercosul

O Brasil é um país que apresenta uma estrutura produtiva bastante diversificada. Isso se reflete, conseqüentemente, em sua pauta comercial exterior. O comércio do Brasil junto ao Mercosul apresenta, no entanto, particularidades. Entre estas, o fato de que existe uma diferença marcante entre a pauta de produtos de exportações e a de importações do País com esse bloco econômico.

Nesta seção será feita uma discussão em torno da composição das pautas de exportação e de importação do Brasil junto ao Mercosul, analisando-se os seus aspectos mais relevantes, no que diz respeito à distribuição dos grupos de produtos e à sua evolução durante os últimos anos.

2.1 - A composição da pauta comercial do Brasil

Acompanhando os dados referentes aos principais grupos de produtos comercializados pelo Brasil no Mercosul, percebe-se, de maneira geral, que as exportações brasileiras refletem maior peso de produtos manufaturados, enquanto nas suas importações têm maior peso os produtos agrícolas e semifaturados. A seguir, estão dispostos os dados referentes ao período 1990-1994:

Tabela 3

Exportações brasileiras para o Mercosul — 1990-94

GRUPOS DE PRODUTOS E PAÍSES	1990	1991	1992	1993	1994
	(%)				
1 - Material de transportes					
Argentina	10,15	17,68	29,05	24,88	24,18
Paraguai	9,40	6,96	6,51	6,97	8,71
Uruguai	22,09	23,13	30,52	25,58	19,42
2 - Máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos					
Argentina	18,32	18,50	17,21	20,16	19,75
Paraguai	16,63	18,46	17,84	18,09	17,67
Uruguai	20,61	15,45	15,66	15,59	14,65
3 - Produtos da indústria química					
Argentina	25,02	16,52	11,87	13,68	14,85
Paraguai	12,39	12,54	13,19	14,26	14,41
Uruguai	21,88	19,99	13,70	11,32	12,75
4 - Produtos metalúrgicos e ferramentas					
Argentina	11,26	12,35	13,57	10,25	11,13
Paraguai	8,66	8,82	8,59	7,56	7,63
Uruguai	9,15	9,48	9,60	8,67	8,53
5 - Produtos minerais					
Argentina	18,34	8,32	3,72	5,09	4,85
Paraguai	6,99	5,24	5,22	3,77	3,66
Uruguai	1,73	2,10	2,10	8,44	12,24
6 - Borracha e suas obras					
Argentina	2,10	3,83	2,79	2,21	2,28
Paraguai	8,83	7,58	7,35	8,09	9,30
Uruguai	1,90	2,34	2,13	1,53	1,76
7 - Material têxtil e suas obras					
Argentina	1,85	4,59	4,70	4,30	4,26
Paraguai	13,07	12,51	10,81	9,81	7,58
Uruguai	3,93	5,89	5,99	7,34	5,82
8 - Celulose, papel e suas obras					
Argentina	2,82	5,87	4,36	5,57	4,34
Paraguai	3,10	2,86	2,97	3,23	2,68
Uruguai	3,13	4,77	4,01	3,60	3,68
9 - Produtos de indústrias alimentares, fumo, bebidas, etc.					
Argentina	3,20	3,55	3,19	3,55	4,78
Paraguai	10,07	14,10	17,37	17,96	18,61
Uruguai	1,65	2,67	2,65	3,87	4,44

(continua)

Tabela 3

Exportações brasileiras para o Mercosul — 1990-94

GRUPOS DE PRODUTOS E PAÍSES	1990	1991	1992	1993	1994
10 - Produtos de origem animal					
Argentina	0,41	0,82	3,26	3,04	1,98
Paraguai	0	0	0	0	0
Uruguai	0	0	0	0	0
11 - Produtos de origem vegetal					
Argentina	3,76	3,84	1,96	1,96	2,09
Paraguai	0	0	0	0	0
Uruguai	8,12	7,83	7,04	5,83	6,21
12 - Produtos cerâmicos, vidro, gesso, cimento, etc.					
Argentina	1,08	1,80	1,25	1,67	1,56
Paraguai	5,28	4,72	4,11	3,71	3,12
Uruguai	0	0	0	0	0
13 - Calçados, chapéus, etc.					
Argentina	0	0	0	0	0
Paraguai	2,43	2,44	2,08	3,14	2,44
Uruguai	0	0	0	0	0
14 - Peles e couros					
Argentina	0	0	0	0	0
Paraguai	0	0	0	0	0
Uruguai	1,77	1,55	0,41	0,30	0,28
15 - Demais					
Argentina	1,69	2,33	3,08	3,64	3,95
Paraguai	3,14	3,78	3,98	3,41	4,21
Uruguai	4,05	4,80	6,20	7,94	10,22
TOTAL					
Argentina	100	100	100	100	100
Paraguai	100	100	100	100	100
Uruguai	100	100	100	100	100

FONTE: SECEX (Elaboração: IPEA/DPRU/CGPR).

NOTA: Principais grupos de produtos e participação percentual sobre o total de cada país.

A Tabela 3 mostra os dados dos principais grupos de produtos exportados pelo Brasil aos demais países do Mercosul. Os principais grupos de produtos, detentores da maior parcela das exportações totais brasileiras, em ordem decrescente no ano de 1994, são: (1º) material de transportes; (2º) máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos; (3º) produtos da indústria química; (4º) produtos da indústria alimentares e bebidas; (5º) produtos

metalúrgicos e ferramentas; (6º) produtos minerais; e (7º) material têxtil. Juntos, a soma das parcelas dos grupos de produtos citados detém as seguintes participações em relação a cada país, nas exportações totais do Brasil para o Mercosul: 83,8% para a Argentina; 78,3% para o Paraguai; e 77,8% para o Uruguai.

Entre 1990 e 1994, a ordem dos grupos de produtos foi alterada: os produtos alimentares passaram do último para o quarto lugar; material de transportes, de terceiro para primeiro lugar; produtos da indústria química, de primeiro para terceiro lugar; material têxtil, de sexto para sétimo; produtos minerais, de quinto para sexto; máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos manteve-se no segundo lugar; e produtos metalúrgicos e ferramentas, de quarto para quinto lugar.

Os grupos de produtos que apresentaram variações positivas em suas parcelas de 1990 para 1994 foram: produtos das indústrias alimentares (de 14,92% para 27,83%); e material de transportes (de 41,64% para 52,31%)². Neste último, a variação deveu-se apenas ao aumento na participação da Argentina, enquanto os outros países tiveram variações negativas no período. Os demais grupos listados antes tiveram variações negativas entre 1990 e 1994. Os que apresentaram maiores quedas foram: (1º) produtos da indústria química (de 59,3% para 42,0%); e (2º) produtos minerais (de 27,06% para 20,75%). Percebe-se, ainda, que a predominância nas exportações brasileiras é de grupos de produtos manufaturados.

A Tabela 4 mostra os dados dos principais grupos de produtos das importações brasileiras provenientes dos países do Mercosul.

Nesse caso, os grupos de produtos que detém as maiores participações, em ordem decrescente, são, para o ano de 1994: (1º) produtos de origem vegetal; (2º) material têxtil; (3º) animais vivos e produtos de origem animal; (4º) gorduras, óleos, etc., (5º) material de transportes. Juntos, a soma de suas participações detém para cada país o seguinte percentual no total das importações brasileiras do Mercosul: 58% para a Argentina; 84,63% para o Paraguai; e 68,08% para o Uruguai.

A singularidade, nesse caso, fica por conta de material de transportes, em cujas importações brasileiras apenas a Argentina tem participação (18,2%). Os outros grupos de produtos que têm apenas um, ou no máximo dois, país exportador para o Brasil são: produtos metalúrgicos e ferramentas; produtos minerais; instrumentos e aparelhos de ótica (Argentina); borracha e suas obras (Uruguai); madeira e suas

² Soma das participações de cada país.

obras (Paraguai); produtos de indústrias alimentares; celulose e papel; e máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos (Argentina e Uruguai).

Tabela 4

Importações brasileiras do Mercosul — 1990-94

	(%)				
GRUPOS DE PRODUTOS E PAÍSES	1990	1991	1992	1993	1994
1 - Material de transportes					
Argentina	4,27	6,75	12,91	17,53	18,20
Paraguai	0	0	0	0	0
Uruguai	0	0	0	0	0
2 - Máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos					
Argentina	9,42	9,20	8,19	7,15	6,72
Paraguai	0	0	0	0	0
Uruguai	1,76	1,73	1,73	1,02	1,10
3 - Produtos da indústria química					
Argentina	10,16	10,54	10,21	6,04	6,35
Paraguai	5,50	4,11	3,13	8,14	1,04
Uruguai	15,45	16,44	18,09	13,14	9,92
4 - Produtos metalúrgicos e ferramentas					
Argentina	2,34	2,61	1,73	1,38	1,05
Paraguai	0	0	0	0	0
Uruguai	0	0	0	0	0
5 - Produtos minerais					
Argentina	2	3,76	6,78	19,60	16,92
Paraguai	0	0	0	0	0
Uruguai	0	0	0	0	0
6 - Borracha e suas obras					
Argentina	0	0	0	0	0
Paraguai	0	0	0	0	0
Uruguai	4,10	3	4,01	5,32	4,89
7 - Material têxtil e suas obras					
Argentina	3,61	3,34	3,55	2,96	5,33
Paraguai	41,10	64,02	60,82	57,59	40,14
Uruguai	9,75	12,64	11,15	10,50	9,62
8 - Celulose, papel e suas obras					
Argentina	3,27	1,28	0,62	0,35	0,41
Paraguai	0	0	0	0	0
Uruguai	0,50	0,73	1,62	0,23	0,11
9 - Produtos de indústrias alimentares, fumo, bebidas, etc.					
Argentina	3,70	1,67	1,43	0,80	1,76
Paraguai	0	0	0	0	0
Uruguai	1,76	1,53	1,31	1,87	3,46

(continua)

Tabela 4

Importações brasileiras para o Mercosul — 1990-94

	(%)				
GRUPOS DE PRODUTOS E PAÍSES	1990	1991	1992	1993	1994
10 - Produtos de origem animal					
Argentina	13,05	7,51	3,06	3,85	6,60
Paraguai	38,85	15,08	2,58	4,71	10,34
Uruguai	24,41	14,62	8,55	16,58	31,12
11 - Produtos de origem vegetal					
Argentina	40,43	41,62	42,92	33,35	28,10
Paraguai	3,92	2,44	2,09	2,17	20,98
Uruguai	21,06	37,53	38,2	38,37	25,76
12 - Peles, couros e suas obras					
Argentina	2,52	6,55	5,38	3,43	2,71
Paraguai	0,31	0,28	0,94	4,02	2,80
Uruguai	16,65	6,86	7,74	5,67	2,68
13 - Gorduras, óleos animais e vegetais					
Argentina	2,04	2,88	1,80	2,13	3,94
Paraguai	0,34	4,35	16,29	11,17	13,17
Uruguai	0,75	1,10	2,12	1,22	1,58
14 - Instrumentos e aparelhos de ótica					
Argentina	0,50	0,46	0,32	0,17	0,11
Paraguai	0	0	0	0	0
Uruguai	0	0	0	0	0
15 - Madeira e suas obras					
Argentina	0	0	0	0	0
Paraguai	9,26	9,14	12,19	11,35	8,17
Uruguai	0	0	0	0	0
16 - Demais					
Argentina	2,70	1,82	1,11	1,25	1,81
Paraguai	0,73	0,59	0	0,85	3,37
Uruguai	3,80	3,81	5,48	6,09	9,76
TOTAL					
Argentina	100	100	100	100	100
Paraguai	100	100	100	100	100
Uruguai	100	100	100	100	100

FONTES: SECEX (Elaboração: IPEA/DPRU/CGPR).

NOTA: Principais grupos de produtos e participação percentual sobre o total de cada país.

Os grupos de produtos que apresentaram variações positivas entre 1990 e 1994 foram: produtos de origem vegetal (de 65,41% para 74,84%); gorduras, óleos, etc. (de 3,13% para 18,69%); material de transportes (de 4,27% para 18,2%); e produtos minerais (de 2% para 16,92%), estes dois

últimos, como dito, restritos à Argentina. Os grupos que apresentaram variações negativas no período foram: produtos da indústria química (de 31,11% para 17,31%); celulose (de 3,77% para 0,52%); animais vivos e produtos de origem animal (de 76,31% para 48,06%); os demais grupos de produtos da pauta também tiveram variações negativas, mas bem menores.

As alterações ocorridas de 1990 para 1994 na escala de participação dos grupos de produtos das importações brasileiras foram: animais vivos e produtos de origem animal, que passou da primeira para a terceira posição; produtos de origem vegetal, que passou da segunda para a primeira posição; material têxtil, da terceira para a segunda posição; material de transportes, da quarta para a quinta posição; e gorduras, óleos, etc., da quinta para a quarta posição.

Compreende-se, pelos resultados citados, que, de certa forma, existe uma "especialização" dentro do comércio intramercosul. De um lado, o Brasil e, em menor proporção, a Argentina como os países com maior conteúdo de produtos manufaturados exportados, enquanto os demais países têm uma estrutura de exportação mais primária.

Ao mesmo tempo, de forma geral, existe uma complementaridade entre as economias do Mercosul, apesar de para alguns setores³ não existirem relações claras entre complementaridade ou concorrência, devido à variedade do número de plantas produtivas envolvidas.

Portanto, algumas conclusões podem ser colocadas pela observação da pauta comercial:

- a) existe uma complementaridade entre as importações e as exportações do Brasil no Mercosul. Por isso, os aspectos setoriais envolvidos mereceriam uma melhor avaliação (aspecto discutido na seção 3);
- b) existe uma predominância de certos produtos/grupos de produtos, que têm rebatimento importante em determinadas regiões produtivas do País, devendo-se, portanto, avaliar melhor esses efeitos (aspecto discutido na seção 3);
- c) a dinâmica comercial descrita na pauta é ainda insuficiente quanto ao que se considera satisfatório para perceber as mudanças

³ O comércio intra-regional desenvolve-se em torno de uma pauta de produtos que sinalizam, conseqüentemente, os principais setores produtivos envolvidos nesse comércio.

estruturais no País, sendo o estudo mais desagregado da pauta e de seus rebatimentos setoriais bastante importante.

Na próxima seção serão tratados os aspectos dinâmicos do comércio, considerando-se elementos que tendem a atuar de forma mais estrutural na economia de um país.

3 - Uma abordagem setorial e locacional do comércio

Como referido na seção precedente, é insuficiente a análise do tratamento comercial e da pauta do comércio para se identificarem os efeitos globais do Mercosul no País, apesar da importância que representam para a observação de certos fenômenos, tais como a variação e a evolução da pauta e do comércio, a participação de grupos de produtos (diversificação da pauta), o comportamento do balanço de pagamentos, dentre outros.

Assim, a ênfase anterior dada ao comércio é agora, nesta seção, aprofundada para uma análise da estrutura setorial e locacional do comércio no Brasil. Através dessa abordagem, é possível vislumbrar os efeitos do Mercosul no País dentro de um contexto mais estrutural e não apenas conjuntural.

3.1 - Elementos teóricos

Apesar do grande crescimento do intercâmbio comercial intra-regional, não se deve superestimar os seus efeitos a longo prazo. O aumento das correntes comerciais, por si só, não constitui fator fundamental para assegurar melhores níveis de crescimento aos países. A própria sustentação do Mercosul a longo prazo só é viável caso haja outros elementos, além do estímulo ao comércio, dinamizadores da integração econômica.

Em função das mudanças estruturais possíveis e considerando-se a rede de interações que se estabelece entre agentes e setores econômicos, a partir da ampliação do horizonte econômico das empresas e das

mudanças nos preços relativos, é possível perceber os elementos dinâmicos promovidos pela integração econômica.

Vários são os vínculos, na literatura econômica, entre o crescimento do comércio e o crescimento econômico de um país. Duas razões podem refletir tais vínculos:

- 1ª) as empresas conseguem viabilizar economias de escala e de escopo, pelo acesso a maiores mercados, atingindo níveis maiores de eficiência, reduzindo preços através de aumentos de produtividade, da diminuição de custos, etc; e
- 2ª) fornecedores mais eficientes surgem com a integração comercial influenciando o custo e a qualidade da produção doméstica, através de maior especialização e melhoria tecnológica.

O efeito-produção⁴, associado ao aumento do volume de comércio, faz depreender-se que, a partir daí, se pode compreender por que existe uma ligação entre a idéia de aumento de comércio e de aumento de nível de crescimento de uma economia⁵.

Vários são os fatores, ainda, que explicam a criação ou o desvio de comércio em qualquer integração econômica, tanto do ponto de vista da produção como do consumo. São eles:

- a) grau de complementação e competitividade entre as economias;
- b) o tamanho da união aduaneira;
- c) a distância e os custos de transportes;
- d) o nível do comércio;
- e) o nível tarifário.

Cada um desses fatores atua em vários sentidos, estimulando ou dificultando a integração econômica e provocando efeitos diversos nos

⁴ Os efeitos positivos e negativos sobre a produção podem ser definidos através da diminuição ou aumento, respectivamente, dos custos resultantes das mudanças das fontes de produção. O efeito-produção está relacionado com a eficiência produtiva.

⁵ A eficiência econômica que proporcionaria maior crescimento em uma economia significa considerar o efeito líquido entre a eficiência produtiva (ver nota 4) e a eficiência no consumo, que se refere à eficiência nas trocas comerciais, de substituição de produtos de naturezas diferentes. A abolição de tarifas provoca alterações nas razões de troca, que têm efeitos importantes sobre o consumo.

países-membros⁶, que podem refletir maior crescimento econômico nos países. Mesmo não se detendo na discussão de cada um desses fatores, no contexto do Mercosul, pode-se tratar de alguns deles, mais especificamente os itens (a), (c) e (d).

O grau de complementação e de competitividade entre as economias é um fator importante na análise dos efeitos da integração econômica. Dependendo do caso, maiores serão os ganhos comerciais, de eficiência e produtividade. Para economias latino-americanas,⁷ *"(...) la complementación entre los diversos países parece la única alternativa válida para disminuir los costos, con la ventaja de posibilitar, además, una distribución más equilibrada de las inversiones en el espacio geográfico y, por ende, de los beneficios generados por la ampliación del mercado"* (ARAGÃO, 1968, p.22).

No caso de economias subdesenvolvidas, sem a existência de uma legislação eficaz de regulamentação da competição, que inibam as práticas comerciais oligopólicas, não se pode garantir, *a priori*, que a concorrência tenha vantagens dentro de casos como o do Mercosul (op.cit., p.43). Além disso, a existência de grandes disparidades de custos entre os países constitui, na prática, mais obstáculo que estímulo à produção e ao comércio, além do fato de que, normalmente, as atividades não operam com alto índice de utilização da capacidade instalada, portanto, não constituindo fatores de redução de custos produtivos.

É importante ressaltar que o aproveitamento das complementaridades entre as estruturas produtivas dos países ou o aumento da competição dos setores/segmentos de suas economias dependem dos cenários nacionais e mundiais, em termos, por exemplo, de estabilidade e crescimento ou de instabilidade e recessão.

Com relação aos fatores distância e custos de transportes, também estes têm influências importantes nesse contexto, tornando a localização um elemento a ser levado em consideração. A localização dos setores

⁶ Para uma discussão teórica sobre esses fatores, ver Aragão (1968, p.8-10) e Balassa (1972, p.51-80).

⁷ "A complementação entre os diversos países parece ser a única alternativa válida para diminuir os custos [produtivos], com a vantagem de possibilitar, ademais, uma distribuição mais equilibrada das inversões no espaço geográfico e dos benefícios gerados pela ampliação do mercado" (tradução do autor).

produtivos e suas distâncias em relação aos principais mercados podem garantir ou não maiores benefícios no comércio. Os custos de transportes, por exemplo, são fatores que podem pesar dentro do contexto da integração, devido, principalmente, ao seu peso no valor dos produtos comercializados (BALASSA, 1972, p.65).

Finalmente, o nível de comércio é um fator importante da integração. Quanto maior o nível de comércio **antes** da integração, maior a possibilidade de ganhos **depois** da integração (BALASSA, 1972, p.59).

No caso do Mercosul, algumas observações podem ser colocadas nesse contexto. Primeiro, pela existência de complementaridade entre as economias do Brasil e dos demais países-membros (como discutido na seção anterior); segundo, pela natureza da localização da atividade no Brasil e o custo de transporte associado, por exemplo, ao estado precário das vias de transporte do País e de sua incidência sobre os preços dos produtos (Custo Brasil); e, terceiro, como ficou evidenciado nas seções anteriores, o comércio intramercosul é limitado para o País como um todo (em torno de 14%). Esse resultado pode ser estendido para o nível das regiões brasileiras, como será discutido mais adiante.

Não obstante a sua limitação, o nível de integração alcançado hoje na região do Mercosul já repercute significativamente em algumas áreas e setores do País. O comércio (exportação e importação) com o Mercosul é significativo para alguns setores/subsetores produtivos nacionais, podendo, enfim, a maior abertura externa e a integração de mercado contribuir para um reforço da especialização regional, assim como para uma reorganização da produção e para o aumento da comercialização de bens do País.

Por outro lado, o Brasil parece querer assumir um modelo de desenvolvimento do tipo misto, ao mesmo tempo incentivando as exportações e mantendo uma articulação como o mercado interno. Concomitantemente, o Brasil é exemplo de economia que adota estratégia "seletiva" de reforma comercial, que combina a liberalização comercial gradual com a manutenção de ampla margem de seletividade setorial no manejo tarifário e políticas de promoção industrial, de cortes regional e setorial (VEIGA, 1994, p.86). Tudo isso tende a criar uma forma particular de integração com outros países e de abertura da economia nacional.

Sem dúvida, o grau de abertura assim como as formas de articulação externa do País devem andar em sintonia com a sua estratégia de

desenvolvimento, e ambas devem estar de acordo com suas vantagens comparativas mais dinâmicas, de modo que o País consiga alcançar um padrão equilibrado de abertura e de inserção internacional de sua economia, de maneira ainda a ser compatível com a integração econômica.

A política econômica adotada pelo País (no caso específico, de comércio exterior) deve ser um elemento-chave desse contexto, já que é capaz de influenciar os padrões de desenvolvimento nacional, em termos espaciais (GALVÃO, O. 1978, p.850), provocando transferências de rendas intersetoriais, em prejuízo ou benefício de determinadas regiões.

Assim, ao se demonstrarem quais os principais setores envolvidos no comércio intramercosul, será possível, portanto: (a) avaliar as condições gerais que cada setor apresenta no contexto da estrutura produtiva atual do País; (b) avaliar as condições que cada setor enfrenta frente a esse comércio; (c) analisar as cadeias que se processam na estrutura setorial, para dar conta de como o comércio repercute na "reorganização produtiva" interna; e (d) identificar o caráter regional do comércio.

3.2 - Aspectos setoriais e regionais do comércio

Como referido anteriormente, criar uma regulamentação para que não venham a ser praticadas ações desleais de concorrência ao comércio é fundamental. Para se chegar a um nível de integração mais amplo e a uma liberação maior de comércio, é imprescindível a criação de mecanismos que assegurem aos produtores condições semelhantes para competir dentro do espaço econômico integrado, diminuindo, assim, os custos da integração aos diversos setores da economia.

Por outro lado, a proteção, quando praticada em certos níveis, também pode gerar custos, pois se trata de uma transferência de rendas em favor dos setores protegidos, além de que, dependendo do tipo de instrumento de proteção utilizado, os custos gerados recaem diferenciadamente sobre os consumidores locais e as indústrias dos países-membros comerciais.

Assim, a análise dos aspectos setoriais, particularmente, é importante, bem como da forma que os efeitos setoriais repercutem, em termos regionais, no Brasil.

3.2.1 - Aspectos setoriais

De início, será feita uma divisão a partir da qual se poderá discutir a situação de cada setor, no País, de forma mais específica. Para essa análise inicial, utilizou-se uma divisão setorial em 10 grupamentos distintos⁸, quais sejam:

- a) agroindústria;
- b) têxtil, vestuário e calçados;
- c) química;
- d) metalúrgica;
- e) minerais não-metálicos;
- f) madeira e mobiliário;
- g) equipamentos industriais;
- h) material de transporte;
- i) papel e gráfica; e
- j) eletroeletrônica.

Cada grupamento tem sua característica própria, conforme apresentado a seguir.

a) A **agroindústria** está subdividida em segmentos que atuam na transformação primária dos produtos da agropecuária. Outros segmentos da agroindústria atuam na transformação secundária e/ou final, também chamada de indústria de alimentos, que processam produtos ao consumo final. É o setor, juntamente com a agropecuária, em que os demais países do Mercosul, em relação ao Brasil, apresentam maiores vantagens competitivas. É o setor também que apresenta maior presença nas listas de exceções (Anexo 1). Os principais segmentos da agroindústria primária de transformação são: açúcar e álcool, moinhos de trigo e outros cereais, óleos vegetais, suco de laranja, polpa de tomate e de outros vegetais e frutas, carnes vermelhas e aves congeladas. Os principais segmentos da indústria de alimentos são: massas, café solúvel, torrefações, laticínios, conservas, frigoríficos e outros segmentos diversos. Dentro da cadeia produtiva da agroindústria, as relações mais sensíveis ao Brasil e que, portanto, se

⁸ Essa divisão de grupamentos setoriais é a utilizada pelo IBGE no estudo sobre as áreas industriais, de outubro de 1994.

identificam com os segmentos com condições desfavoráveis dentro do comércio do Mercosul são aqueles de produção de (a) **cereais**, principalmente, trigo, milho, arroz e cevada; (b) **lácteos**, principalmente, leite em pó e queijos; (c) **frutas temperadas**, principalmente, maçã, uva, pêssago, pêra, ameixa, etc; (d) **hortícolas e oleaginosas**, principalmente, alho, batata, cebola, azeitona e feijão; e (e) **carnes**, principalmente, bovina e couros.⁹ Alguns dados demonstram as relações anteriormente citadas: 75% da carne, 56% dos legumes, 93% das frutas de áreas temperadas e 83% do algodão importados pelo Brasil vêm do Mercosul (JANK, 1992, p.6-7).

Os segmentos principais nos quais o Brasil tem vantagens comparativas em relação aos demais países do Mercosul, são os de produção de: (a) café e chá-mate, (b) cacau e seus derivados, (c) frutas tropicais e cítricas (abacaxi e banana se destacam), (d) carne de frango, (e) hortifrutigranjeiros e (f) açúcar e tabaco.

Assim como a nível dos produtos dos dois segmentos, as indústrias fornecedoras tanto da agroindústria como da agropecuária são elos de ligação importantes a nível da análise setorial. Compreendem, dentre as principais indústrias fornecedoras, a de máquinas e equipamentos, a de embalagens, a de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas, a de fertilizantes, defensivos agrícolas, sementes e matrizes, principalmente.

Nas pautas de exportação e importação da agroindústria, predominam os seguintes produtos: bebidas alcoólicas e vinagre, cacau e suas preparações, fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados, açúcares e produtos de confeitaria, carnes, miudezas comestíveis, peixes, crustáceos, leite e derivados, gorduras, óleos vegetais e animais, animais vivos, peles, couros e suas obras, café, chá, mate e especiarias e frutas, produtos de indústrias de moagem, cereais, produtos hortícolas, sementes e frutas oleaginosas.

Dados da pauta comercial demonstram que esse setor está ligado ao comportamento dos itens 9, 10, 11 e 14 da pauta de exportação e 9, 10, 11, 12 e 13 da pauta de importação (Tabelas 3 e 4).

b) O setor **têxtil, vestuário e calçados** é um dos pontos mais sensíveis, comum aos quatro países do Mercosul. Esse setor apresenta

⁹ Esses setores compreendem 70% do total das importações do Brasil do Mercosul.

inúmeros elos de ligações entre si e com outros setores industriais e agropecuários. A cadeia produtiva do setor têxtil é composta principalmente por quatro subsetores: produção de fibras, fiação, tecelagem e acabamento, confecções e vestuário e máquinas e equipamentos para produção. É um setor tradicional, com uso intensivo de mão-de-obra e representado na sua maior parte por microempresas (80%). No entanto os 10% de empresas de grande porte existentes representam 80% da receita do setor. No setor de calçados, também predominam as pequenas microempresas, com produção com bases tradicionais, em sua maioria. Sendo um setor que opera em alta escala concorrencial dentro do Mercosul, ainda está incluído na lista de exceções como setor sensível para todos os países (Anexo 1). A consideração, a partir daí (JANK, 1992, p.12), tendo em vista que a TEC será o instrumento básico de política de importação do Mercosul com terceiros países, é que o setor tenha uma política específica, complementar ao uso da TEC.

Nas pautas de exportação e importação desse setor, predominam os seguintes produtos: produtos artificiais e sintéticos, algodão (fibras, fios e tecidos), vestuário e acessórios de malha ou não, lã, artefatos diversos, calçados, chapéus, penas, flores artificiais, polainas e artefatos semelhantes. Esse setor está relacionado com o comportamento dos itens 7 e 13 da pauta de exportação e do item 7 da pauta de importação. (Tabelas 3 e 4).

c) Quanto ao setor **química**, a forte demanda de *commodities* manufaturadas, como metais e produtos químicos e petroquímicos, deve facilitar a sua performance no Mercosul. O parque químico brasileiro é o maior da América do Sul, seguido pelo da Argentina. Enquanto a amplitude de configuração do pólo petroquímico brasileiro é maior que a da Argentina, este último país já está adiantado na reorganização societária, com a privatização desse setor (GM, 1995, p.1). Pelo seu alto grau de segmentação, normalmente se atribui ao setor o adjetivo de "complexo químico". É um setor com grande interdependência entre suas indústrias, e sua dinâmica é fortemente integrada. É composto por centrais petroquímicas de matérias-primas, chamadas de primeira geração (básicas). As de segunda geração são as indústrias termoplásticas, de elastômeros e intermediárias diversas. Entre as categorias consideradas de terceira ou quarta geração, estão as indústrias que processam produtos finais, como produtos farmacêuticos, tintas, fertilizantes, perfumaria, corantes, resinas, fibras, defensivos agrícolas, conservantes, etc., também chamada de química fina. É um setor ainda fortemente oligopolizado, e, até recentemente, alguns setores de extração e refino eram de controle exclusivo do Estado.

Nas pautas de exportação e importação desse setor, predominam os seguintes produtos: plástico e suas obras, produtos químicos orgânicos e inorgânicos, produtos para fotografia e cinematografia, extratos tonantes e tintórias, adubos ou fertilizantes, óleos e resinas, produtos de perfumaria, farmacêuticos, sabões e outros produtos diversos.

Esse setor está relacionado com o comportamento dos itens 3 e 6 das pautas de exportação e importação (Tabelas 3 e 4).

d) O setor **metalúrgica** é composto, de um lado, pelos minérios metalúrgicos, como alumínio, ferro, manganês, dentre outros, e, de outro, pelos produtos metalúrgicos: alumínio em bruto, estanho em bruto, ferro-gusa e ferro-ligas. O setor siderúrgico é aquele que possui a maior parcela dentro desse grupamento. É o setor que tem no Brasil o país do Mercosul com maior competitividade, inclusive a nível internacional.

Na pauta de exportação e importação, predominam: os produtos siderúrgicos, ferramentas, artefatos diversos, manufaturas de ferro ou aço, alumínio e artefatos de alumínio.

Esse setor está relacionado com o comportamento do item 4 na pauta de exportação e o item 3 na pauta de importação (Tabelas 3 e 4).

e) O setor **minerais não-metálicos** está associado com a produção de produtos para construção, minérios e combustíveis. É um dos setores em que o Brasil apresenta maior predominância em termos de capacidade produtiva e de comércio interno.

Os principais produtos presentes na pauta de exportação e/ou importação são: minérios, escórias e cinzas, combustíveis minerais, sal, enxofre, gesso, cimento, produtos cerâmicos, vidros, obras de gesso, óleo e ceras minerais.

Esse setor está relacionado com o comportamento dos itens 5 e 12 da pauta de exportação e do 5 da pauta de importação (Tabelas 3 e 4).

f) O setor **madeira e mobiliários do Brasil**, devido a contextos semelhantes aos descritos quanto aos setores têxtil, vestuário e calçados, possui condições desfavoráveis, ou pelo menos apresenta grande concorrência com os demais países do Mercosul, neste caso, levando em conta as importações e as proteções por parte dos demais países do bloco. Tem no Paraguai o único exportador para o Brasil, com participação de 8%. O Brasil não exporta para o Mercosul nesse segmento.

Esse setor está relacionado com o item 15 da pauta de importação do Brasil (Tabela 4).

g) **Equipamentos industriais e material de transportes** são os setores que apresentam menor concorrência na região, já que o único país capaz de competir com o Brasil em melhores condições é a Argentina. Ao mesmo tempo, atribui-se a esses setores capacidades complementares entre as estruturas produtivas dos dois países. Trata-se dos setores com maior participação na pauta comercial do Brasil com o Mercosul, estando relacionados com os itens 2 e 1, respectivamente, nas pautas de exportação e importação (Tabelas 3 e 4).

h) O setor **papel e gráfica** coloca-se como outro setor sensível dentro do Mercosul (ver lista de exceções no Anexo 1). É considerado dinâmico, com vantagens competitivas por parte do Brasil, particularmente no segmento de celulose. Porém, possuindo baixa intensidade tecnológica, está associado a uma trajetória de tecnologia fundada em paradigmas antigos: reduzidos custos de madeira, de mão-de-obra e de energia (GALVÃO, A. 1993, p.45-49).

Esse setor está relacionado com o item 8 nas pautas de exportação e importação do Brasil (Tabelas 3 e 4).

i) O setor **eletroeletrônica** também apresenta proteção especial (ver listas de exceções no Anexo 1) particular por parte do Brasil e da Argentina, haja vista a importância dada a ele devido a sua característica dinâmica. Trata-se de outro setor que possui um grau de complexidade em termos de seu comportamento dentro do processo de integração, tendo em vista as discussões em torno das Zonas Francas na região do Mercosul (Argentina e Brasil).

Esse setor está relacionado com o item 2 na pauta de exportação e com os itens 2 e 14 na pauta de importação do Brasil (Tabelas 3 e 4).

Assim, os setores que se identificam como tendo condições favoráveis, de acordo com os dados analisados anteriormente, são: metalúrgica; equipamentos industriais; material de transportes; química; minerais não-metálicos, num primeiro nível, ou seja, por representarem os setores em que o Brasil possui maior vantagem comparativa. Entre os setores que se identificam como tendo condições desfavoráveis dentro do comércio intra-regional, estão: têxtil, vestuário e calçados; papel e gráfica; e madeira e mobiliário, por serem os que encontram maior competição dentro da região ou proteção por parte dos demais países.

Finalmente, os setores eletroeletrônica e agroindústria são especiais e merecem algumas observações particulares. Neles, existem segmentos que são favoráveis e outros que são desfavoráveis ao Brasil dentro da integração. O setor eletroeletrônica, bastante dinâmico, suscita interesse particular do Brasil e da Argentina no sentido de incentivarem seu crescimento, com proteção especial à concorrência externa.

Portanto, as vantagens competitivas entre os países do Mercosul dependem do setor/subsetor considerado. Apesar de o comércio apresentar, nos anos analisados na seção 2, uma predominância marcante de certos setores, produtos/grupos de produtos, acredita-se como sendo um dos aspectos de viabilidade através da integração econômica a capacidade de os países se reestruturarem produtivamente e diversificarem sua pauta comercial.

Vários estudos demonstram que existem áreas/setores em que o Brasil possui condições de estabelecer produções mais dinâmicas. A composição da produção industrial do Brasil está crescentemente relacionada aos setores metal-mecânico e química, que englobam quatro ramos: metalurgia, material de transportes, produtos mecânicos e elétricos.

Porém, além das características próprias de sua organização e estratégia, a capacidade de uma empresa ou de um setor, num determinado país, de ser competitiva depende da existência de determinados atributos econômicos e políticos (PRADO, 1987, p.17), tais como: (a) as condições dos fatores de produção, como qualificação do trabalho e infra-estrutura; (b) as condições de demanda; (c) a existência de indústrias fornecedoras e demandantes que impliquem canais de distribuição de produtos e de tecnologias afins; e (d) as condições da estrutura competitiva do mercado. Esse autor ainda sugere (PRADO, 1987, p.18-19) a participação do Estado como forma de incentivar a viabilização de uma estrutura produtiva competitiva do país e a aplicação de políticas de regulamentação da estrutura produtiva interna do mesmo.

A seguir, serão tratados os aspectos regionais relacionados ao processo de integração.

3.2.2 - Aspectos regionais

A experiência em torno da formação de blocos econômicos evidencia que os ganhos advindos desse processo não se transmitem com a fluidez

esperada no espaço territorial dos países envolvidos, nem de forma imediata para todos os grupos sociais e econômicos.

No caso do Brasil, já existem, desde há muito tempo, graves desequilíbrios regionais internos. Assim, questionamentos que surgem são: se, com o Mercosul, essa situação persiste, se acentua ou se ameniza, com ganhos maiores ou menores que as perdas para as diversas regiões do País.

Sem dúvida, as regiões onde se concentram as maiores atenções dentro deste comércio, devido tanto à proximidade quanto à capacidade produtiva, são as do Sul e do Sudeste. Porém, a análise dos dados demonstra que os efeitos relativos do Mercosul nas regiões foge a essa visão simplista do comércio, como se discutirá a seguir.

A Tabela 5, dá uma idéia das participações regionais, em termos da exportação para a ALADI e para o Mercosul, nos anos de 1993 e 1994. A análise dessa tabela mostra alguns resultados que questionam a visão de que, com o Mercosul, ocorrem ganhos/perdas inequívocas apenas para as regiões Sul e Sudeste.

Em primeiro lugar, fica evidente que o nível de exportações dos estados para o Mercosul tem uma dimensão que não ultrapassa 18%. Porém, avaliando-se os dados em termos relativos alguns resultados surpreendem.

a) Com relação ao **comércio com a Argentina**, em 1994, São Paulo e Rio de Janeiro (Região Sudeste) foram os estados com maior nível comercial, 14,65% e 10,19% respectivamente. Os Estados de Pernambuco e Bahia (Região Nordeste) apresentaram resultados semelhantes aos do Rio Grande do Sul (Região Sul) e de Minas Gerais (Região Sudeste) (entre 8% e 9,4%), sendo a ordem de participação decrescente — Bahia (9,4%), Pernambuco (8,76%), Rio Grande do Sul (8,48%) e Minas Gerais (8,19%) —; e melhores que os de Santa Catarina (Região Sul), Espírito Santo (Região Sudeste) e Paraná (Região Sul), que tiveram participação de 5,04%, 5,34% e 7,8% respectivamente.

Os Estados do Maranhão e do Amazonas apresentam resultados melhores que os do Paraná e do Espírito Santo (6,6% e 5,92% contra 5,04% e 5,34% respectivamente). No caso do Amazonas, em 1993, foi o estado que apresentou maior nível de comércio com a Argentina: 17,77%, caindo, em 1994, para 6,6%. Finalmente, outros estados apresentaram resultados relativos importantes: Ceará (4,7%) e Alagoas (3,72%) na Região Nordeste; Goiás (3,61%) na Região Centro-Oeste; e Amapá (3,35%) na Região Norte.

Tabela 5

Participação das regiões e dos estados do Brasil no total das exportações para a ALADI e para o Mercosul — 1993 e 1994

(%)

REGIÕES E ESTADOS	ALADI		MERCOSUL					
			Argentina		Paraguai		Uruguai	
	1994	1993	1994	1993	1994	1993	1994	1993
Norte								
Acre	10,45	3,45	-	-	-	-	-	-
Rondônia	9,67	11,84	2,11	3,46	4,05	-	4,80	-
Amazonas	33,45	37,57	6,60	17,77	2,86	1,74	1,77	3,12
Pará	1,99	4,25	1,33	2,06	-	-	-	-
Amapá	11,48	12,02	3,35	3,20	0,04	0,06	0,10	0,08
Roraima	13,82	16,09	-	-	0,10	0	0,09	0
Tocantins	0,07	5,41	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste								
Mato Grosso	1,18	2,17	-	-	-	-	0,32	1,22
Mato Grosso do Sul ...	7,22	9,09	2,49	2,68	2,55	2,07	0,35	1,23
Goiás	7,11	10,43	3,61	5,98	1,51	1,29	0,52	0,77
Distrito Federal	0,13	0,64	0	0,28	0,02	0	0,01	0
Nordeste								
Maranhão	6,10	5,98	5,92	5,77	0,01	0,02	0,07	0,15
Piauí	5,97	8,02	0,77	0,91	-	-	-	-
Ceará	17,15	17,82	4,70	6,38	4,03	3,15	0,45	0,32
Rio Grande do Norte	4,33	7,40	1,53	3,52	0,32	0,22	0,61	0,48
Paraíba	5,56	5,64	1,85	1,69	1,21	2,01	0,69	0,27
Pernambuco	17,38	11,72	8,76	4,33	0,85	1,28	2,35	1,77
Alagoas	7,77	2,76	3,72	0,42	-	-	1,26	0
Sergipe	18,45	20,57	1,67	0,97	9,12	17,82	0,26	0,16
Bahia	17,83	15,59	9,38	8,17	-	-	1,14	1,25
Sudeste								
São Paulo	35,77	37,07	14,65	14,08	3,86	3,75	2,14	2,39
Rio de Janeiro	29,80	32,31	10,19	10,15	2,67	3,68	3,50	3,51
Espírito Santo	7,85	4,86	5,34	3,96	-	-	-	-
Minas Gerais.....	14,46	17,56	8,19	9,93	-	-	-	-
Sul								
Paraná	13,94	19,33	5,04	6,81	3,50	4,99	1,74	3,09
Santa Catarina	18,51	19,05	7,78	8,23	2,86	2,92	1,35	2,07
Rio Grande do Sul	20,92	18,54	8,48	6,68	-	-	2,89	2,67

FONTE: SECEX/DTIC/MICT (Elaboração: CGPR/DPRU/IPEA).

NOTA: Os valores correspondem ao percentual das exportações para cada bloco ou país no total de exportação.

Os estados que apresentaram as maiores variações positivas e negativas, entre 1993 e 1994, foram: (a) positivas, Amapá (Região Norte), Pernambuco, Bahia e Alagoas (Região Nordeste), Espírito Santo (Região Sudeste) e Rio Grande do Sul (Região Sul); (b) negativas, Amazonas e Rondônia (Região Norte), Goiás (Região Centro-Oeste), Ceará e Rio Grande do Norte (Região Nordeste), Minas Gerais (Região Sudeste), Paraná e Santa Catarina (Região Sul).

b) Com relação ao **comércio com o Paraguai**, em 1994, Sergipe (Região Nordeste), Rondônia (Região Norte) e Ceará (Região Nordeste) foram os estados que apresentaram melhores resultados que os de todos os estados das Regiões Sul e Sudeste (9,12%, 4,05% e 4,03% contra 3,86%, o maior resultado da Região Sudeste, de São Paulo, e 3,5%, o maior resultado da Região Sul, do Paraná. O Estado do Amazonas apenas teve comportamento inferior ao de São Paulo e ao do Paraná, ou seja, 2,86%, sendo um resultado igual ao de Santa Catarina e do Rio de Janeiro e superior ao dos demais. O estado que vem logo em seguida é Mato Grosso do Sul (Região Centro-Oeste), com 2,55%.

Os estados que apresentaram maiores variações positivas e negativas, entre 1993 e 1994, foram: (a) positivas, Amazonas (Região Norte) e Ceará (Região Nordeste); (b) negativas, Paraíba e Sergipe (Região Nordeste)¹⁰, Rio de Janeiro (Região Sudeste) e Paraná (Região Sul).

c) Com relação ao **comércio com o Uruguai**, em 1994, Rondônia (Região Norte) foi o estado com melhor resultado (4,8%); seguido do Rio de Janeiro (Região Sudeste), com 3,5%; do Rio Grande do Sul (Região Sul), com 2,89%; de Pernambuco (Região Nordeste), com 2,35%; e de São Paulo (Região Sudeste), com 2,14%.

As maiores variações positivas e negativas aconteceram nos seguintes estados: (a) positivas, Pernambuco, Alagoas e Paraíba (Região Nordeste); (b) negativas, Amazonas (Região Norte), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Região Centro-Oeste), Maranhão (Região Nordeste), Paraná e Santa Catarina (Região Sul).

Os resultados anteriores confirmam apenas que a participação dos países do Mercosul nas exportações dos estados compreende parcela considerável das mesmas, mesmo que limitadas a menos de 18%, e que o valor dessas participações independem da região/estado considerado.

¹⁰ Note-se que, apesar da queda, a Paraíba teve o melhor resultado no Brasil. Em 1993, esse resultado foi de 17,82%.

Porém outros dados vêm confirmar o diferencial dos valores relativos entre estados/regiões no que diz respeito ao comércio (exportações) com o Mercosul. A Tabela 6, apresenta os valores e os percentuais relativos ao comércio com o Mercosul em relação ao comércio total (exportações).

A Tabela 6 demonstra que a existência de diferenças marcantes no montante total das exportações e na participação percentual de cada estado no total das exportações se confirma em relação aos das exportações para o Mercosul. A predominância dos estados das Regiões Sudeste e Sul é incontestável. Apenas o Estado da Bahia (Região Nordeste) apresenta resultados melhores que os do Estado do Espírito Santo (Região Sudeste) relativamente ao Mercosul: 2,66% contra 1,35% em 1993 e 3,22% contra 2,18% em 1994, respectivamente.

Ainda a Tabela 6 demonstra que os estados das Regiões Sudeste e Sul detêm mais de 90% das exportações para o Mercosul. Apenas o Estado de São Paulo detém mais de 50% das exportações para esse bloco. Os oito estados que apresentam melhores resultados percentuais em 1994 são: São Paulo (54,12%), Rio Grande do Sul (10,16%), Minas Gerais (8,30%), Rio de Janeiro (6,70%), Paraná (6,40%), Santa Catarina (5,12%), Bahia (3,22%) e Espírito Santo (2,18%).

Alguns contrapontos importantes entre a participação dos estados nos valores totais nos relativos ao Mercosul, para 1994: (a) São Paulo aumenta sua parcela percentual de participação, de 33,86% nas exportações totais para 54,12% no Mercosul; (b) o Pará, que possui uma parcela significativa nas exportações totais (4,18%), não detém o mesmo nível com o Mercosul (caindo para apenas 0,43%), assim como outros estados, como Maranhão e Mato Grosso, que possuem participação acima de 1% nas exportações totais, não chegam a esse nível com relação ao Mercosul; (c) entre os estados que crescem suas participações no sentido considerado, estão São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará; enquanto entre os estados que decrescem suas participações estão, principalmente, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e os três da Região Sul.

Ainda mais, comparando-se os diferenciais de estrutura da pauta de exportação entre os estados, considerando-se que os estados das Regiões Sudeste e Sul exportam produtos com maiores valores agregados e possuem uma maior estrutura produtiva e levando-se em conta que a proximidade dessas regiões com os demais países do Mercosul tem sido elemento facilitador, os resultados relativos anteriores são indicadores subestimados dos efeitos da integração nas regiões.

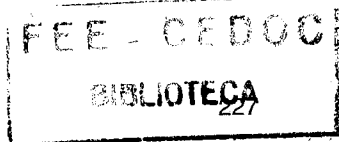
Tabela 6

Exportações totais e para o Mercosul dos estados do Brasil — 1993 e 1994

REGIÕES E ESTADOS	1993				1994			
	Total do Mercosul		Total das Exportações		Total do Mercosul		Total das Exportações	
	Valor (US\$ 1 000 FOB)	%	Valor (US\$ 1 000 FOB)	%	Valor (US\$ 1 000 FOB)	%	Valor (US\$ 1 000 FOB)	%
Norte								
Acre	-	-	5 713	0,01	-	-	4 146	0,01
Rondônia	1 045	0,02	30 211	0,08	4 003	0,07	36 527	0,08
Amazonas	32 784	0,64	144 867	0,38	15 043	0,28	133 950	0,31
Pará	36 689	0,72	1 781 049	4,61	24 216	0,43	1 820 771	4,18
Amapá	1 856	0,04	55 890	0,14	2 576	0,04	73 815	0,17
Roraima	0	0,00	6 553	0,02	10	0,00	5 633	0,01
Tocantins	-	-	204	0,00	-	-	3 722	0,01
Centro-Oeste								
Mato Grosso	4 020	0,08	329 546	0,85	1 491	0,02	466 033	1,07
Mato Grosso do Sul	12 428	0,24	207 838	0,54	15 622	0,28	289 840	0,67
Goiás	19 988	0,39	248 606	0,64	19 912	0,35	353 051	0,81
Distrito Federal	16	0,00	5 607	0,01	3	0,00	10 309	0,02
Nordeste								
Maranhão	27 480	0,54	462 627	1,20	34 542	0,61	575 719	1,32
Piauí	586	0,01	64 450	0,17	413	0,00	53 669	0,12
Ceará	27 070	0,53	274 824	0,71	30 740	0,54	334 861	0,77
Rio Grande do Norte	3 433	0,07	81 288	0,21	2 133	0,04	86 729	0,20
Paraíba	2 777	0,05	69 971	0,18	3 136	0,05	83 646	0,19
Pernambuco	25 509	0,50	345 651	0,90	44 579	0,80	372 737	0,86
Alagoas	999	0,02	237 810	0,62	11 999	0,21	240 949	0,55
Sergipe	4 865	0,09	25 671	0,07	3 752	0,07	33 957	0,08
Bahia	136 623	2,66	1 450 354	3,76	181 006	3,22	1 720 587	3,95
Sudeste								
São Paulo	2 707 679	52,81	13 391 097	34,69	3 045 675	54,12	14 749 033	33,86
Rio de Janeiro	365 934	7,14	2 110 348	5,47	377 070	6,70	2 304 825	5,29
Espírito Santo	69 225	1,35	1 748 115	4,53	122 903	2,18	2 301 552	5,28
Minas Gerais	496 921	9,70	5 004 243	12,97	466 287	8,30	5 693 376	13,07
Sul								
Paraná	370 683	7,23	2 489 475	6,45	360 493	6,40	3 506 749	8,05
Santa Catarina	290 594	5,67	2 198 136	5,70	288 337	5,12	2 404 814	5,52
Rio Grande do Sul	487 342	9,50	5 212 212	13,50	571 582	10,16	5 027 113	11,54
TOTAL	5 126 556	100,00	38 596 965	100,00	5 627 523	100,00	43 558 318	100,00

FONTE: SECEX/DTIC/MICT (Elaboração: CGPR/DPRU/IPEA).

NOTA: Os dados são aproximados



Contudo esses indicadores levam a considerar, objetivamente, que os impactos do Mercosul podem acontecer independentemente da região, mesmo que diferenciadamente, e que os aspectos proximidade e estrutura produtiva não garantem de maneira predominante maior comércio com o Mercosul, haja vista a parcela do Mercosul no montante total das exportações de cada estado. No entanto este último aspecto (estrutura produtiva) tem papel fundamental na composição da pauta comercial, podendo garantir a criação de maiores valores comercializados.

Outros aspectos que podem garantir, ainda, melhores condições futuras ao comércio dos estados com o Mercosul são, dentre outros, a capacidade de organização, a relação dos estados com esse bloco e a maior eficiência dos diversos setores produtivos.

Ao levar-se em consideração a localização regional dos agrupamentos setoriais analisados anteriormente, será possível avaliar de maneira mais específica esses argumentos anteriores. Os Mapas 1 e 2 do Anexo 2 mostram de que forma cada região participa dentro da estrutura industrial e de vinculação externa do País.¹¹

O Mapa 1 do Anexo 2 mostra os locais de exportação direta dos estabelecimentos industriais em cada região do País, demonstrando uma contraposição com a estrutura industrial de cada região. Percebe-se que as Regiões Sul e Sudeste detêm o maior grau de exportação e de vinculação com o Exterior.¹²

O Mapa 2 do Anexo 2 mostra as áreas industriais com maior peso no Valor Agregado (VA) das exportações. É interessante notar-se que esse mapa mostra um rebatimento com as áreas onde predominam os eixos setoriais, considerados a seguir.

Os eixos de dinamismo considerados tomam o caso do Nordeste de forma mais detalhada, demonstrando os locais e os setores mais importantes considerados na abordagem anterior.

No Nordeste, consideram-se a indústria de bens intermediários e alguns ramos de bens não duráveis, a agricultura integrada à agroindústria, principalmente a indústria de frutas, e o setor de turismo como os principais setores/segmentos com maiores condições dinâmicas.

¹¹ Apesar de os dados serem de 1985 e de até hoje terem ocorrido mudanças nessa composição, acredita-se que o quadro relativo geral não foi alterado significativamente.

¹² Os dados do mapa referem-se ao contexto global e não ao do Mercosul.

As frentes mais dinâmicas da região estão situadas: (a) no complexo petroquímico de Camaçari (BA); (b) no pólo têxtil/confecções de Fortaleza (CE); (c) no complexo minero-metalúrgico — Projeto ALUMAR, na produção de alumina e alumínio, e Projeto Carajás pela Vale do Rio Doce — no Maranhão (MA); (d) no Pólo Agroindustrial Petrolina/Juazeiro (PE/BA) e do Vale do Açu (RN); e (e) na Região dos Cerrados do Oeste da Bahia, com a produção de soja.

Com relação às Regiões Sudeste e Sul, de forma geral, consideram-se: bens industriais, nos setores de metal-mecânica, máquinas e equipamentos, material de transportes e produtos metalúrgicos, além de segmentos da agroindústria e da agropecuária como os segmentos dinâmicos. Têm como os locais principais: a região central de Minas Gerais e o Triângulo Mineiro, o interior de São Paulo, o Eixo Porto Alegre—Caxias (RS), o eixo Blumenau—Joinville (SC) e Curitiba (PR).

Na Região Norte, os segmentos principais são: recursos minerais, madeira e pecuária, além de bens eletrônicos. Os eixos da região ficam no Pará e no médio Amazonas.

Finalmente, na Região Centro-Oeste, os principais locais referem-se às áreas de expansão da fronteira agrícola, principalmente de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) e de recursos minerais em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O Mercosul, no entanto, é apenas uma etapa para o Brasil relacionada com uma questão maior, não menos inevitável, que se trata da inserção do País (e, portanto, de cada região) em uma economia globalizada, cada vez mais competitiva e eficiente. Sua importância (do Mercosul) deriva do seu papel como estratégia complementar ao Brasil em seu processo de abertura e de inserção mundial.

Diversos aspectos, entretanto, sejam estruturais, sejam conjunturais, podem interferir nesse processo e em suas conseqüências. De fato, o que se deve procurar perceber melhor é a forma como o Brasil (as regiões e os setores produtivos, particularmente) está (re)agindo diante de um processo de integração econômica como o do Mercosul e os vários efeitos, no País, desse processo de integração econômica.

4 - Conclusões

O quadro analisado nas seções anteriores permite perceber alguns aspectos do comportamento e das conseqüências do comércio do Mercosul

no Brasil. Sem dúvida, esse processo é multifacetado e, portanto, contém diversas variantes, dependendo do enfoque que se queira tomar.

Do ponto de vista comercial, os avanços conseguidos em termos intra-regionais são inegáveis, e isto apenas já seria um motivo suficiente para um maior conhecimento sobre esse mercado para as regiões e os setores da economia. No entanto o aspecto comercial somente nos dá uma visão estática do processo de integração, já que não se explicitam, pelos dados, os aspectos dinâmicos/estruturais, como discutido anteriormente.

Todavia é importante ressaltar os aspectos principais relacionados com o processo dinâmico da integração. Trata-se das condições dadas por ele para: a reestruturação produtiva, o aumento das economias de escala e do processo tecnológico, o aumento dos investimentos e da competitividade entre as empresas, a reestruturação organizacional e gerencial das empresas, promovendo aumento do emprego e maior crescimento econômico e social.

Ao mesmo tempo, para a continuação da integração até o mercado comum futuro, é necessário percorrer etapas importantes de maior harmonização e coordenação de políticas regionais, dentre elas, a de diminuição das disparidades regionais e a de estímulo à competitividade dos setores produtivos. Conseguir uma coordenação entre as políticas nacionais e as políticas comuns do bloco, de forma a andarem juntas nos seus objetivos de uma inserção internacional competitiva, é o grande desafio dos países que integram o Mercosul.

Entre as questões que, hoje, estão sendo colocadas como fundamentais ao aprofundamento das relações comerciais, encontram-se, dentre outras: (a) a estabilidade das economias nacionais; (b) a reestruturação produtiva dos países em bases competitivas; (c) a coordenação e a harmonização de políticas macroeconômicas, entre elas a política tarifária (cambial) e a tarifa externa comum; (d) a política de investimentos e incentivos; (e) as condições de infra-estrutura; e (f) a harmonização de políticas setoriais.

Finalmente, o eixo fundamental entre as várias questões em torno da integração econômica, de forma a criar a possibilidade de inserção competitiva dos países, seja a nível do Mercosul, seja a nível internacional, será a capacidade das regiões e dos setores produtivos de realizarem investimentos e de fazerem uso do progresso tecnológico, como bases para a reestruturação das suas atividades produtivas.

Anexo 1

Principais setores inicialmente protegidos

Argentina: açúcar e manufaturas; indústria têxtil e confecções; celulose e papel; vidro; metalurgia; máquinas e equipamentos; artigos eletrônicos; e indústria automotiva.

Brasil: máquinas e equipamentos; informática; artigos eletrônicos; indústria automotiva; frutas frescas e em conservas; pescados; legumes e hortaliças; queijos; indústria têxtil; e vidro.

Paraguai: carnes e pescados; queijos, ovos e mel; legumes e hortaliças; frutas frescas e em conservas; cereais, arroz, farinha e azeites; açúcar e suas manufaturas; vinho e cerveja; indústria têxtil e confecções; couro e seus derivados; produtos metalúrgicos; papel e impressos; café, chá e erva-mate; e madeira e móveis.

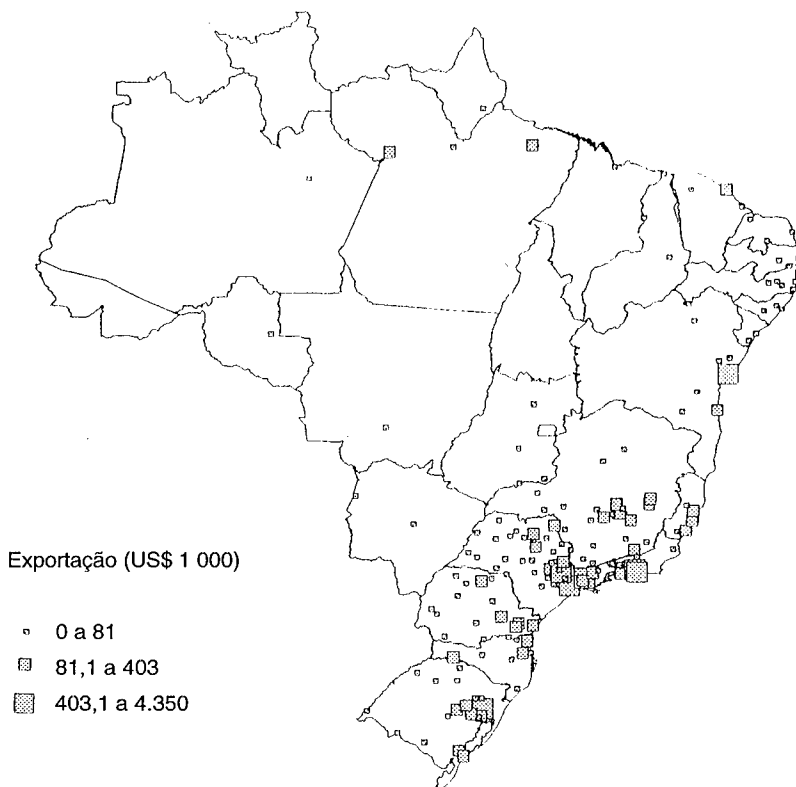
Uruguai: carnes, pescados e mariscos; leite e derivados; legumes e hortaliças; frutas frescas e em conservas; cereais, arroz e azeites; açúcar e seus derivados; vinho, cerveja e licores; madeira e papel; indústria têxtil e confecções; vidro; produtos metalúrgicos; indústria automotiva; e máquinas.

Anexo 2

Exportação e grau de vinculação direta das áreas industriais ao mercado externo do Brasil — 1985

Mapa 1

Exportação direta dos estabelecimentos industriais

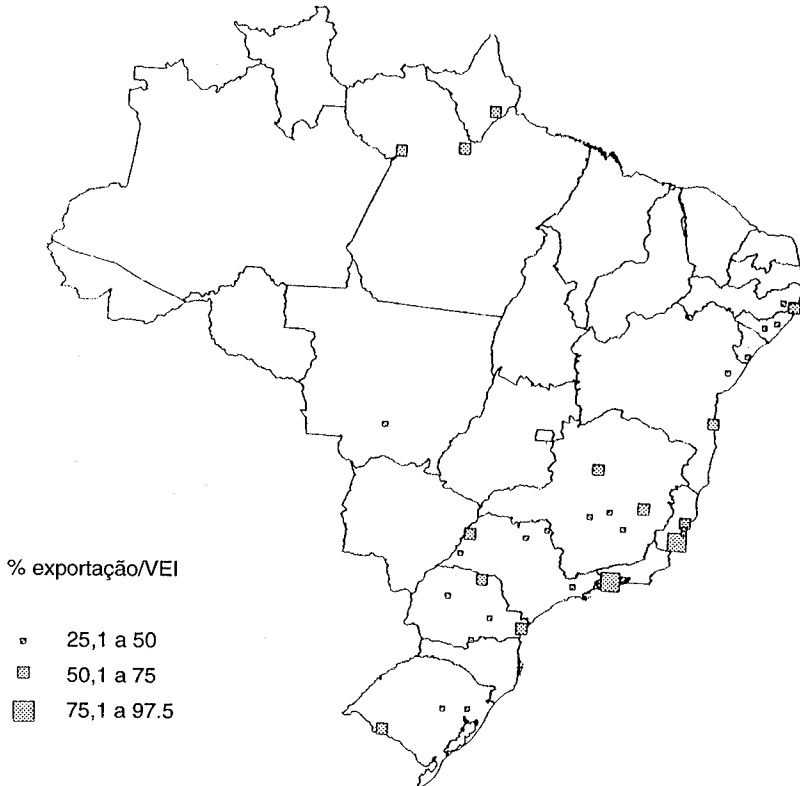


FONTE: IBGE. Censo Industrial de 1985.

Malha territorial IBGE/DGC/DECAR.

Mapa 2

Áreas industriais com exportação direta maior que 25% do VEI



FONTE: Áreas Industriais - 1985.

IBGE/DGC/Departamento de Geografia.

Bibliografía

- ARAGÃO, José M. (1968). La teoría económica y el proceso de integración de América Latina. **Revista de la Integración**, Buenos Aires, n.2, 54p., mayo (Separata).
- ARAGÃO, José M. (1993). **A harmonização de políticas macroeconômicas no Mercosul**: a construção de um mercado comum. Buenos Aires : BID/ INTAL. 111p. (Publ. n.405).
- ARAUJO JÚNIOR, José T. (1993). Reestruturação industrial e integração econômica: as perspectivas do Mercosul. **Revista Brasileira de Economia**, v.47, n.1, p.11-23, jan./ mar.
- BALASSA, B. (1972). **Teoria da integração econômica**. 2.ed. rev. Lisboa : LCE. p.51-80.
- BARBOSA, Rubens A. (1993). Integração hemisférica: notas sobre os desafios e as oportunidades para o Brasil. In: LANGONI, Carlos G., coord. **Os novos blocos econômicos**: desafios e oportunidades. Rio de Janeiro : FGV. p.137-146.
- BAUMAN, Renato, LERDA, Juan C., orgs. (1987). **Brasil, Argentina, Uruguai**: a integração em debate. São Paulo : Marco Zero. 279p.
- BOLETIM DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (1991/1995). Brasília : MRE. (vários números).
- COELHO, Isaiás (1987). Perspectivas da integração intra-industrial: Argentina, Brasil e Uruguai. In: BAUMAN, Renato, LERDA, Juan C., orgs. **Brasil, Argentina, Uruguai**: a integração em debate. São Paulo : Marco Zero. p.11-34.
- DINIZ, Clélio C. (1994). **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília : IPEA. 35p.
- GALVÃO, Antônio C. (1993). **C & T no Brasil**: avanços e retrocessos na década de 80; relatório final, 1ª versão. Brasília : ORCYT/ UNESCO. 113p.
- GALVÃO, Olímpio A. (1978). Efeitos espaciais das políticas de comércio exterior no Brasil: das origens das desigualdades regionais ao modelo exportador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 6. **Anais....** São Paulo. v.2, p.817-893.
- GAZETA MERCANTIL (1995). São Paulo. jan./dez.

- GUILHOTO, Joaquim M., PICERMO, Alfredo E. (1995). Estrutura produtiva, setores - chaves e multiplicadores setoriais: Brasil e Uruguai comparados. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro : FGV, v.49, n.1, p.35-62, jan./ mar.
- INTERCAMBIO COMERCIAL BRASIL X MERCOSUL (1993/ 1995). Brasilia : MICT/ SECEX. (Vários numeros).
- JANK, Marcos S. (1992). **A importância do setor agroindustrial na integração de Cone Sul**: as cadeias sensíveis. São Paulo : USP/ IEA. 28p.
- JANK, Marcos S. (1994). Mercosul: efeitos das políticas sobre a competitividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.31, n.4, p.349-369, out./ dez.
- KUME, Honório, MARKWALD, Ricardo A. (1994). As perspectivas do Mercosul: configuração da estrutura produtiva e convergência macroeconômica. In: PERSPECTIVAS da economia brasileira. Rio de Janeiro : IPEA. v.1, p.205-230.
- LANGONI, Carlos G., coord. (1993). **Os blocos econômicos**: desafios e oportunidades. Rio de Janeiro : FGV. 146p.
- LAVINAS, L. et al., orgs. (1994). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro : FINEP/ IPPUR/ UFRJ/ FUJB/ ABET/ USIS. 169p.
- PEÑA, Felix (1993). Competitividade, democracia e integração nas Américas. In: LANGONI, Carlos G., coord. **Os blocos econômicos**: desafios e oportunidades. Rio de Janeiro : FGV. p.117-136.
- PRADO, Luís Carlo D. (1987). Integração regional, mercosul e o desenvolvimento da América Latina. In: BAUMAN, Renato, LERDA, Juan C., orgs. **Brasil, Argentina, Uruguai**: a integração em debate. São Paulo : Marco Zero. p.11-37.
- REIS VELLOSO - ver VELLOSO, João P. Reis.
- SIMONSEN ASSOCIADOS (1992). **Mercosul** - desafio do marketing de integração. São Paulo : Makron Books. 110p.
- VEIGA, Pedro da Motta (1994). O Mercosul e a liberalização comercial nas Américas: a estratégia brasileira para o continente. VELLOSO, João P. Reis, FRITSCH, Winston, coords. **A nova inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro : José Olympio. p.83-116.
- VELLOSO, João P. Reis, FRITSCH, Winston, coords. (1994). **A nova inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro : José Olympio.

Abstract

The aim of this article is to show a sectorial and locational view about brazilian trade with other countries of Mercosul, starting from imports and exports list of foods. The main conclusions can be divided in four parts:

1) There a predominant presence of some kinds of goods ou groups of them in the trade list and, there is consequently a strong presence of some productive sectors in this trade.

2) The sectorial structures define the intra block trade pattern.

3) The trade sectorial structure reflects in the productive structure of countries' regions.

4) The countries' regions take part in the intra block trade of different ways.